

Anexo I - Deliberações das 10 (dez) Pré-Conferências da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

RELATÓRIO TÉCNICO DA CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIÃO LESTE 1 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ficha Técnica

SMADS

Alda Marco Antônio | Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo/SP

Olga Arruda | Coordenadora de Gestão de Pessoas

COMAS

Jair Gomes de Araújo | Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

Comissão Central de Organização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Conselheiros:

Carlos Nambu | Coordenação; Silvana Cappellini | Relatoria; Darcy Diago Finzetto; Dirceu Omae; Dulcinéa Pastrello; José Wilson Bernardes; Valéria da Silva Reis Ribeiro

Secretária executiva do COMAS-SP:

Maria Inês Shigekawa

Representantes da SMADS:

Eliana Maria Ribeiro Garrafa, Elisabeth Maria Valletta e Kátia Cilene Gregório

Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo:

Maria Nazareth Cupertino e Paulo Lopes Carneiro

Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo:

Cláudia Aparecida Felipe e Cleodon Silva

Fórum de Entidades Beneficentes de Assistência Social: Elisabete Antolino

SOLAR Consultoria em Gestão e Pesquisas

João de Jesus da Costa | Gerente do Projeto

Alfredo Barbeta | Coordenador Técnico

Andréia da Silva Barbosa | Coordenadora Adjunta

Lígia Mendes Borges | Coordenadora de Relatoria

Mariana Barbosa Barreiros Rubinello | Coordenadora de Credenciamento

Deborah Ghelfond | Assessora Técnica e Relatora

Márcia Pereira Borges | Assessora Técnica e Relatora

Beatriz Barbosa Barreiros | Relatora

Dorival Pereira dos Santos Junior | Relator

Elisabete Satie Henna | Relatora

Rozimar Donizete Lemos | Relatora

Joselma Gonçalves Sousa | Administradora

Ana Paula Ximenes Neves | Estagiária

Abigail Torres | Palestrante

Priscila Cardoso | Palestrante

Renato Dente Luz | Palestrante

Vânia Nery | Palestrante

LISTA DE SIGLAS

AGPP - Assistente de Gestão de Políticas Públicas
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAPE - Centro de Atendimento a Pacientes Especiais
CAPS - Centro de Apoio Psicossocial
CAS - Coordenadoria de Assistência Social
CCA - Centro da Criança e do Adolescente
CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
COEGEMAS - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social
COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CONSEAS - Conselho Estadual de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social
FAS - Fórum de Assistência Social
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
GDA - Gratificação de Desempenho de Atividades
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IML - Instituto Médico Legal
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Municipal
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP - Ministério Público
MSE - Medidas Socioeducativas
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NOB - Norma Operacional Básica
NOB/RH - Norma Operacional Básica/Recursos Humanos
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social
NSE - Núcleo Sócio Educativo

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG - Organização Não-Governamental
PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias
PBF - Programa Bolsa Família
PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PL - Projeto de Lei
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPA - Plano Plurianual
PROASF - Programa de Atenção Social às Famílias
PSB Infância - Programa de Apoio à Criança de 0 a 6 anos
PSF - Programa de Saúde da Família
RH - Recursos Humanos
SAS - Supervisão de Assistência Social
SEHAB - Secretaria de Habitação
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SPTRANS - São Paulo Transporte S/A
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
TCE - Tribunal de Contas Estadual
TCM - Tribunal de Contas Municipal
TCU - Tribunal de Contas da União

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

Tabela 2 - Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

Tabela 3 - Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 4 - Financiamento

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inscritos na Conferência Leste 1

Gráfico 2 - Credenciamento

Gráfico 3 - Palestra (s)

Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

Gráfico 5 - Infra-estrutura

Gráfico 6 - Organização geral do evento

SUMÁRIO

Apresentação

- 1. Regimento Interno aprovado na Conferência Regional**
- 2. Mesa de abertura dos trabalhos**
 - 2.1. Composição da mesa de abertura**
 - 2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades**
- 3. Sistematização do CONFERIR 2007**
 - 3.1. Eixo 1 - Controle Social**
 - 3.2. Eixo 2 - Implantação e Ampliação do SUAS no Município**
 - 3.3. Eixo 3 - Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal**
 - 3.4. Eixo 4 - Financiamento**
- 4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- 5. Sistematização do PROPOR 2009**
 - 5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos**
 - 5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS**
 - 5.3. Subtemas: gestão do SUAS e entidades**
 - 5.4. Subtema: financiamento**
 - 5.5. Participação do usuário nos Conselhos e nas Conferências**
- 6. Moções referendadas na Conferência Regional**
- 7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal**
 - 7.1. Participantes inscritos**
 - 7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal**
 - 7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal**
 - 7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal**
- 8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal**
- 9. Avaliação**
 - 9.1. Síntese das avaliações dos participantes**
 - 9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes**

Anexos

- Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social**
- Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**
- Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**

Apresentação

A Conferência Regional Leste 1 ocorreu no dia 22 (vinte e dois) de junho de 2009 nas dependências do CEU Azul da Cor do Mar, na Avenida Ernesto Souza Cruz, 2.171, no distrito Cidade Antônio Estevão de Carvalho; o credenciamento dos participantes iniciou-se às 8h30m e a plenária final encerrou-se às 18h30m. Essa Conferência abrangeu os seguintes distritos: São Mateus, Itaquera, Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista.

Estavam presentes 331 (trezentos e trinta e um) participantes, dos quais 297 (duzentos e noventa e sete) inscritos, sendo eles 51 (cinquenta e um) usuários do SUAS, 120 (cento e vinte) trabalhadores da rede sócio-assistencial, 65 (sessenta e cinco) de organizações sociais e 61 (sessenta e um) representantes do poder público.

A Conferência Regional cumpriu com a programação prevista, exceto na parte da manhã, quando não ocorreu a realização de grupos temáticos seguidos de plenário para o “Conferir 2007”, em substituição a essa atividade foram lidos resumos de dois eixos (eixo 2 – SUAS no Município: implantação e ampliação e eixo 4 – Financiamento), elaborado por uma comissão paritária, proposta pela Comissão Regional, que baseou os pareceres no material fornecido pela SMADS e as experiências pessoais dos membros da comissão.

Para os eixos 1 – Controle Social e eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos/Pessoal, foram realizadas uma dinâmica diferenciada proposta e deliberada pela plenária.

Compuseram a Comissão Organizadora Regional e equipe de relatores e facilitadores:

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

REPRESENTAÇÃO	STATUS	NOME
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR COORDENADOR	LUIZ CARLOS DA SILVA
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	ELIZABETE CLEMENINO F. LOPES
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	JOSE CARLOS BRAES
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	CELIA APARECIDA ASSUMPÇÃO
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	HANSIMI OKUMURA YOSHIC
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	WAGNA MARIA PEREIRA
PODER PÚBLICO	TITULAR COORDENADOR	MARIA APARECIDA RIBEIRO PAVÃO
PODER PÚBLICO	TITULAR	CONCEIÇÃO APARECIDA DA COSTA MELLO
PODER PÚBLICO	TITULAR	ROSELI DUTRA C. FERREIRA

FALTAM RELATORES E FACILITADORES E EQUIPE DE APOIO

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

NOME	FUNÇÃO

1. Regimento Interno Aprovado na Conferência Regional

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Conferência Regional de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Conferência Regional terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução COMAS-SP 359 de 25/04/2009.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:

- I - Um Coordenador da Mesa
- II - Um Mediador - Conselheiro designado pelo COMAS/SP;
- III- Um representante da CAS;
- IV- Um representante da Sociedade Civil;
- V - Autoridade(s) presente(s) na Conferência Regional

§ 1º - A escolha dos membros da mesa coordenadora, a exceção do mediador ficará a critério da Comissão Regional da Macro-Região.

§ 2º - Cabe ao Coordenador da Mesa:

- Dar início aos trabalhos
- Garantir a palavra aos integrantes da mesa e plenário
- Conduzir os trabalhos do dia

§ 3º - Cabe ao Mediador:

- Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno
- Garantir a interlocução com a Comissão Regional

Art. 4º - A Comissão Regional foi constituída de foro paritário composta por 03 (três) representantes do poder público e 03 (três) representantes da sociedade civil homologados pelo COMAS/SP em resolução própria.

§ 1º - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público) eleitos pelo Plenário da Comissão na Macro-região correspondente.

Art. 5º - São participantes da Conferência Regional:

- * Conselheiros Municipais de Assistência Social;
- * Representantes do Poder Público;
- * Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;
- * Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;
- * Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;

*Autoridades convidadas e presentes

§ 1º - Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos ou emancipados legalmente devidamente documentados.

Art. 6º - Na Conferência Regional o credenciamento será presencial e realizado das 8h00 às 14h00, mediante assinatura da lista de presença, recebimento da Ficha de Credenciamento, escolha do subgrupo com seu respectivo tema no período da manhã e Ficha de inscrição para os interessados em pleitear a vaga de Delegados para a Conferência Estadual, cuja a eleição será realizada na Conferência Municipal.

§ 1º - Cada Subgrupo terá número de vagas pré-estabelecido pela Comissão Regional. Caso o Subgrupo escolhido já esteja com o número de vagas preenchido, o participante deverá fazer a sua 2.ª opção e assim consecutivamente, caso necessário.

§ 2.º - Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual deverá ser obrigatoriamente devolvida no credenciamento do período da tarde, até às 14h00 para realização da confirmação do credenciamento e escolha do subgrupo com seu respectivo sub tema no período da tarde, em local a ser designado pela Comissão Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da VIII Conferência Municipal de Assistência Social o participante que não devolver a ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual.

CAPÍTULO II - Da Temática e Programação

Art. 7º - A Conferência Regional terá como tema “Participação e Controle Social do SUAS” e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”

§1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social.

§2º - Os grupos temáticos da Conferência Regional deverão conferir a efetivação ou não das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social em 2007 nesses últimos 2 (dois) anos, identificando os avanços, as dificuldades/ entraves, apresentando os Relatórios dos Subgrupos para a deliberação do Plenário Final, com pontos importantes abordados nos Subgrupos para encaminhamento daquilo que não foi efetivado.

§3º - Os grupos temáticos da Conferência Regional também deverão deliberar quanto às metas em relativas ao tema da VII Conferência Nacional de Assistência Social, cujo tema é “Participação e Controle Social do SUAS” .

Art. 8º - A Conferência Regional terá a seguinte programação:

*08h00 às 14h00 - Credenciamento;

*09h00 às 09h30 - Solenidade de Abertura;

*09h00 às 10h00 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional

- *10h00 às 10h10 – Orientações da Comissão Central
- *10h10 às 11h30 – Conferir as deliberações de 2007
- *11h30 às 12h30 – Apresentação e aprovação dos trabalhos dos Grupos
- *12h30 às 13h - Intervalo para refeição
- *13h00 às 13h30 – Apresentação cultural
- *14h00 – Prazo para entrega da Ficha de Credenciamento e Ficha de Inscrição de Delegados para a Conferência Estadual
- *13h30 às 14h15 - Exposição do Tema “Participação e Controle Social do SUAS”
- *14h15 às 15h30 - Proposituras e deliberações nos grupos temáticos.
- *15h30 às 16h30 - Apresentação síntese pelo Relator de cada grupo, das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Conferência Regional para aprovação no Plenário.
- *16h30 às 17h00 - Eleição e apresentação da delegação para a Conferência Municipal de Assistência Social, apresentação de moções e encerramento

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator indicados previamente pela Comissão Regional.

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

- I – Abrir e orientar a discussão
- II - Esclarecer dúvidas;
- III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;
- IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples;
- V – Controlar o tempo

§ 3º - Cabe ao Relator:

- I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;
- II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º - Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registradas por meio auditivo, sendo responsabilidade da Assessoria de Metodologia a disponibilização do som e microfone para todas as salas, tendo em vista que a responsabilidade pela gravação das discussões e deliberações do grupo. E de responsabilidade da Comissão Regional a disponibilização do som e microfone para os plenários gerais.

Art. 10º - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Coordenador do Grupo.

Art. 11º - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão deliberar em seu tema específico os relatórios e as propostas que serão apresentadas e deliberadas no Plenário da Conferência Regional, e encaminhada para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

§ Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

Art. 12º - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 20 (vinte) participantes.

CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13º - O Plenário Final da Conferência Regional será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos grupos temáticos.

Art. 14º - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e deliberações de cada grupo.

Entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

§ Único - Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na VIII Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis da realização da Conferência Regional à Comissão Organizadora do COMAS/SP, os seguintes materiais: lista de presença e fichas de credenciamento e inscrição de Delegados para Conferência Estadual, formulários, instrumentais dos grupos temáticos, o regimento aprovado pela plenária e moções.

CAPÍTULO IV - Da Organização Regional

Art.15º - Organização Regional

I - As Comissões Regionais, correspondentes as 10 Macro regiões, são responsáveis pela sua infra-estrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto no Artigo 4.º, Inciso III da Resolução 359/COMAS-SP/2009.

II - As Conferências Regionais de Assistência Social das Macro Regiões serão realizadas no âmbito das 5 CAS - Coordenadoria de Assistência Social, subdivididas em 10 Macro-Regiões, conforme segue:

CAS NORTE

* NORTE 1 Santana/Tucuruvi - Jaçanã/Tremembé - Vila Maria/Vila Guilherme

* NORTE 2 Perus - Freguesia/Brasilândia - Casa Verde/Cachoeirinha - Pirituba

CAS SUL

* SUL 1 Campo Limpo - M'Boi Mirim

* SUL 2 Parelheiros - Santo Amaro - Cidade Ademar- Capela do Socorro

CAS CENTRO / OESTE

* CENTRO / OESTE 1 Lapa - Sé

* CENTRO/OESTE 2 Pinheiros - Butantã

CAS SUDESTE

*SUDESTE 1 Mooca - Aricanduva/Vila Formosa/Carrão - Vila Prudente/Sapopemba-Penha

* SUDESTE 2 Vila Mariana - Jabaquara - Ipiranga

CAS LESTE

* LESTE 1 São Mateus - Itaquera - Ermelino Matarazzo - São Miguel Paulista

* LESTE 2 Guaianases - Itaim Paulista - Cidade Tiradentes

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

Art. 16º - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados (as) das Conferências Regionais de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados (as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a VII Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS e CONSEAS.

III - As delegados (as) Titulares à VIII Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências Regionais nas Macro Regiões.

IV - As Conselheiras (os) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados (as) natos à VIII Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Conferências Regionais das Macro Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Assessoria de Metodologia ficará responsável pelas listas dos delegados (as), observadores/as, referentes à VIII Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional (Macro região), nome, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, número do documento de identificação, segmento que representa, que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório, e fornecido pela Comissão de Organização Central da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 17º - Dos critérios de escolha dos Delegados (as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social. Caso um segmento não atinja um número necessário, este poderá ser completado por representante de outros segmentos, sendo prioritariamente pelo segmento de usuários.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da VIII Conferência Municipal, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16.º - Inciso II.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

- a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal;
- b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;
- c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adolescentes e adultos, os quais terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a VIII Conferência Municipal delegados nas Conferências Regionais em número igual à quantidade de delegados da sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente da Conferência Regional.

§ 1º - Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento devidamente preenchida em todos os itens e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 2º - Caso haja empate, proceder-se-á a nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 3º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Regional para referendo final do Plenário.

Art. 18º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional.

2. Mesa de abertura dos trabalhos

2.1. Composição da Mesa de Abertura

A mesa de abertura da Conferência Regional foi composta pela Sra. Sonia Casemiro, coordenadora da Coordenadoria de Assistência Social - CAS Leste; Sr. Luis Carlos da Silva, representante da Sociedade Civil; Sr. Eduardo Camargo Afonso, subprefeito de Ermelino Matarazzo; Sr. Napoleão Verdigueiro Peixinho, representando o subprefeito de São Miguel Paulista e Sr. Carlos Nambu, representando o Conselho Municipal de Assistência Social COMAS/SP.

2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades

Sonia Casemiro - Desejo um bom dia a todos e agradeço a pessoas que se dedicaram para a realização desse evento. Agradeço a presença do subprefeito de Ermelino Matarazzo e ao representante da subprefeitura de São Miguel Paulista. Agradeço a presença do COMAS. Agradeço a presença do representante da Sociedade Civil a mesa e as supervisoras da região. O tema da VIII Conferência Municipal será a Participação e o Controle Social no SUAS. O COMAS efetua a preparação, com o apoio da SMADS, da Conferência. A Conferência representa a participação popular na construção de uma sociedade democrática. Enfatizo a importância da Conferência para ampliar os trabalhos da assistência Social. A VIII Conferência é momento de conferir o cumprimento das metas do biênio 2007-2009 e de propor novas metas para o biênio que se inicia. Lembro o Decreto 50.365 que equaciona fatores que dificultam ou limitam as ações da SMADS, o novo desenho organizacional aproxima a instancia central das 31 regionais. Chamo as entidades presentes para um trabalho conjunto na ampliação dos serviços, enfatizando a importância dessa parceria. Declaro, em conjunto com a presidência do COMAS, aberta a Conferência Regional.

Eduardo Camargo Afonso – Desejo bom dia a todos e cumprimento a todos pela iniciativa da Conferência, cada um dos representantes a mesa e todas as supervisoras da região. Enfatizo a importância desse momento para a Assistência Social e a necessidade de união entre Poder Público e Sociedade Civil. Espero que hoje sejam pensadas as melhores Políticas Públicas da cidade de São Paulo. Muito obrigado e um bom dia de trabalho a todos.

Napoleão Verdigueiro Peixinho – Desejo um bom dia a todas e a todos e cumprimento a mesa presente. Represento o subprefeito de São Miguel Paulista, Diógenes Martins, e gostaria de parabenizar a comissão organizadora e todos da Sociedade Civil presente. Enfatizo a importância da Conferência Regional e da Conferência Municipal e dos eixos a serem abordados. Agradeço a todos e desejo um bom dia de trabalho.

Luis Carlos da Silva – Desejo um bom dia a todas e a todos e cumprimento a mesa presente. Lembro que a democracia possibilita e constrói as diversas formas de descentralização e hoje discutiremos a “Participação e Controle Social” para propor os encaminhamentos para a criação das Políticas Públicas necessárias. A Sociedade Civil não pode fugir da co-responsabilidade na promoção da cidadania. Lembrando que o tema Participação é um eixo para se discutir, conferindo 2007 e propondo 2009, a implementação do modelo do SUAS. Temos ainda a preocupação do tema Ambiental vinculado a outras áreas, enfatizando a importância da reeducação popular. Saúdo a todos e desejo que o relatório final que contempla as discussões da Macro-Leste tenha a participação dos relatores, facilitadores e Comissão Regional para que eles possam acompanhar e monitorar as ações que hoje serão elencadas nos eixos de discussão. A todos um bom dia de trabalho e agradeço a oportunidade.

Carlos Nambu – Desejo um bom dia a todas e todos e cumprimento todos os presentes a mesa e a todos os conferencistas. Gostaria de registrar a presença da Comissão Central e parabenizar pelo trabalho e cumprimentar os membros do COMAS presentes. Parabenizo a Comissão Regional pelo trabalho realizado durante o processo de construção dessa Pré-Conferência, participando das reuniões de formação. Registro a presença da Assessoria de Metodologia Solar Consultoria. A Conferência está voltada para o tema “Participação e

Controle Social” e temos presentes representantes dos fóruns, dos Conselhos e das Conferências. Gostaria de salientar a importância da participação no tema central “Participação e Controle Social” e o progresso no processo de construção dessa participação e na horizontalidade entre Poder Público e Sociedade Civil para a construção de Políticas Públicas na área Social. Enfatizo os momentos importantes da participação popular na Conferência Municipal, na audiência de avaliação e prestação de contas após a Conferência e no evento para a entrega de resultados da Conferência Municipal para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao COMAS. Desejo uma boa Conferência a todos.

3. Sistematização do “CONFERIR 2007”

Os temas para o “Conferir 2007” foram definidos de acordo com os eixos da VII Conferência Municipal: eixo 1 – Controle Social, eixo 2 – SUAS no Município: implantação e ampliação, eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos/Pessoal, eixo 4 – Financiamento. O objetivo para os grupos foi o de conferir o nível de implementação das propostas oriundas da VII Conferência Municipal de Assistência Social.

3.1. Eixo 1 - Controle Social

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Monitorar e avaliar os programas implantados, através da definição de indicadores que avaliem a qualidade, quantidade e custos dos serviços oferecidos.	EM PARTE			Indefinição de indicadores
2	Garantir a fiscalização e a transparência na aplicação dos recursos.	EM PARTE			Divulgação de gastos realizados de forma mais transparente
3	Implementar e dar publicidade ao Cadastro Único das organizações prestadoras de serviços socioassistenciais no município.	NÃO			Insignificante vontade política
4	Desenvolver ferramentas mais efetivas de controle e monitoramento, garantindo subsídios para a avaliação de resultados e alcance de metas.	NÃO			Insignificante vontade política
5	Fortalecer os órgãos de fiscalização (Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselhos de Escolas, etc.) na garantia de vagas e permanência nas escolas, a crianças com deficiências.	NÃO ANALISADA			Responsabilidade de outra pasta
6	Desenvolver e implantar um sistema de monitoramento e avaliação eficaz e eficiente.	NÃO			Insignificante vontade política
7	Investir em pesquisas para melhor conhecimento dos territórios.	EM PARTE			Problemática das ferramentas utilizadas
8	Criar um Comitê Gestor Tripartite em cada subprefeitura, com competências definidas por um colegiado tripartite (organizações sociais, trabalhadores e usuários).	NÃO			Insignificante vontade política Pouca mobilização da Sociedade Civil
9	Fortalecer e assegurar as ouvidorias públicas no município.	NÃO ANALISADA			Indisponibilidade orçamentária

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
10	Criar o “Comitê Municipal de Monitoramento, Avaliação e Encaminhamento das Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social”. Órgão cuja atribuição dar-se-á nas áreas de assessoria, avaliação e propositura de ações que venham a garantir o cumprimento das referidas deliberações nos termos da minuta apresentada à Plenária e que passa a fazer parte das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.	NÃO EFETIVADA			Insignificante vontade política
11	Criar formas de gestão colegiada entre usuários e trabalhadores, na gestão dos serviços no âmbito de cada subprefeitura.	NÃO ANALISADA			O grupo considera que não tem elementos para compreensão da proposta
12	Promover encontros periódicos dos Fóruns Regionais e Municipal de Assistência Social para debates e monitoramento das propostas aprovadas nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social.	NÃO ANALISADA			Faltam subsídios para a avaliação da proposta
13	Fortalecer os Fóruns Regionais e Municipal e Conselho Municipal de Assistência Social.	NÃO ANALISADA			Faltam subsídios para a avaliação da proposta
14	Viabilizar o controle social através de comissão intersetorial de Subprefeituras para monitorar a gestão dos recursos.	NÃO			Ausência de normatização que garanta a efetividade da comissão
15	Planejar e divulgar as conferências com maior tempo hábil e antecedência, enviando materiais e informações facilitando o entendimento e a participação.	EM PARTE			Execução sem verba publica e infra-estrutura

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
16	Ampliar, promover e capacitar a participação popular na formulação das políticas de assistência social e no controle social, por meio de fóruns regionais e municipais de assistência social.	EM PARTE			Pouca mobilização da Sociedade Civil
17	Garantir que o monitoramento da destinação das bolsas de estudos seja feito pelo COMAS, e que este seja disponibilizado ao Conselho Gestor local da Subprefeitura à qual pertence a concedente; que o COMAS reveja os critérios para a inscrição das entidades de educação.	NÃO ANALISADA			Faltam subsídios para a avaliação da proposta
18	Promover a participação popular na formulação e no controle social de Políticas de Assistência Social.	EM PARTE			Pouca mobilização da Sociedade Civil
19	Que o COMAS e a SMADS se integrem para a formação de um grupo intersecretarial e, em conjunto com os demais Conselhos, busquem viabilizar uma Política integrada intersecretarial para a metrópole e para a megalópole	NÃO			Pouca mobilização dos representantes legais das instâncias envolvidas
20	Propor que os membros desta Conferência assumam o compromisso de viabilizar a implementação de grupo de trabalho para garantir o Financiamento da Assistência Social junto à comissão de orçamento da Câmara Municipal, através do Fórum de Assistência Social e do COMAS, e de um movimento coletivo de mobilização social para que o orçamento preveja as reais necessidades da Assistência Social.	NÃO ANALISADA			Faltam subsídios para a avaliação da proposta

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
21	Garantir mecanismos legais para a utilização de recursos públicos na locomoção, alimentação, hospedagem e participação digna de delegados e conselheiros eleitos pela sociedade civil e poder público quando houver plenárias, fóruns, seminários e conferências no âmbito das três esferas de governo.	NÃO			Indisponibilidade orçamentária Pouca mobilização da Sociedade Civil Falta de prioridade do Poder Público
22	Garantir que os recursos orçamentários consignados na Função Programática "08- Assistência Social", integrem o SUAS e sejam submetidos ao comando único conforme a LOAS e SUAS normas e regulamentações.	SIM			Controle efetivo da utilização do recurso da Função 8
RELATÓRIO FINAL					
<ul style="list-style-type: none"> • Em relação item "PRIORIDADE" o grupo conferente esclarece que a Plenária da VII conferência Municipal aprovou a execução das propostas a curto prazo, sendo assim não cabe a este grupo fazer nenhuma alteração. • Quanto ao item "AVANÇO" considera-se que em virtude da ausência de parâmetros referenciais da totalidade prevista e/ou executada para cada meta estabelecida, não houve possibilidade de avaliar a porcentagem atualizada. • Das dificuldades apresentadas observa-se maior incidência de: • Insignificante vontade política, aliada ao atendimento de prioridades estabelecidas por outras instâncias tais como: Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério Público entre outros; • Pouca mobilização da Sociedade Civil; • Falta de subsídios para a avaliação da meta proposta uma vez que os órgãos responsáveis pelas execuções, não informaram as ações realizadas em 2007 e 2008. 					

3.2. Eixo 2 – Implantação e Ampliação do SUAS no Município

Tabela 2 – Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Implantar, ampliar e/ou melhorar a estrutura física e de recursos humanos e descentralizar os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) nos distritos, considerando todos os segmentos das áreas de vulnerabilidade social.	NÃO			
2	Fortalecer o CRAS como articulador e mobilizador da rede socioassistencial; estabelecer planejamento conjunto e criar estratégias de integração das Secretarias Municipais e intersetorial, de modo a oferecer retaguarda para a população usuária da assistência social.	EM PARTE			
3	Dar continuidade e ampliar os serviços do PROASF e PAIF (Programa de Atenção integral à Família) nos âmbitos federais, estaduais e municipais.	EM PARTE			
4	Fomentar e ampliar os serviços voltados à família em situação de risco social que promovam prevenção contra a violência, abuso, exploração sexual e tráfico de seres humanos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a efetivação do Plano Nacional de Garantia a Convivência Familiar e Comunitária.	EM PARTE			
5	Realizar trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade social, com possibilidade de incluí-las nos Programas Sociais e Programas de Geração de Renda.	EM PARTE			
6	Rever os critérios para a inclusão das famílias vulneráveis no Programa Renda Mínima.	NÃO			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
7	Ampliar os serviços voltados à criança e ao adolescente, garantindo a não interrupção dos serviços continuados quando houver mudança de gestão, assegurando os recursos necessários, ampliando as vagas e novos serviços e projetos como NSE I e II, NSE III e IV- profissionalizante, PETI e Agente Jovem, incluindo ações preventivas à violência, considerando os índices de vulnerabilidade social, incluindo conteúdos de cidadania e ética.	EM PARTE			
8	Conceder Bolsa Auxílio para jovens que esteja freqüentando os NSEs III e IV e prever para os usuários do I e II.	NÃO			
9	Ampliar os serviços voltados a famílias, mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco.	EM PARTE			
10	Implantar e/ou ampliar Núcleos de Convivência que atendam a todos os segmentos	NÃO			
11	Garantir, como política pública, o atendimento domiciliar para o idoso ou assistência à família (Programa Cuidador de Idosos).	NÃO			
12	Garantir o acesso dos Idosos a programas de capacitação, requalificação e recolocação profissional.	EM PARTE			
13	Rever critérios de inclusão e ampliação dos programas sociais de transferência de renda e implementar formas de controle.	NÃO			
14	Implantar unidades de serviço de proteção social básica ou especial a crianças e adolescentes, idosos, mulheres e mães adolescentes e pessoas com deficiência, tendo por referência as necessidades e políticas específicas desses segmentos, de acordo com o diagnóstico elaborado junto com o FAS.	EM PARTE			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
15	Promover e fortalecer o trabalho articulado e integrado, estabelecendo e/ou consolidando as redes sociais locais, promovendo o atendimento integral e capacitando os agentes sociais.	EM PARTE			
16	Implantar e implementar programas, projetos, benefícios e ações voltados à Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, lei 11.346 de 15/09/06)	EM PARTE			
17	Ampliar os serviços da rede de proteção especial, fortalecendo, ampliando e revitalizando programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	EM PARTE			
18	Garantir a continuidade (com todos os núcleos: jurídico, social, psicológico e educacional), ampliar e regionalizar o serviço de proteção jurídico-social e apoio psicológico para crianças, adolescentes, jovens, e suas famílias em situação vulnerabilidade social.	EM PARTE			
19	Fortalecer, ampliar e consolidar os projetos e os serviços socioeducativos com os catadores e população em situação de rua em toda a cidade de São Paulo, garantindo a continuidade dos projetos já existentes.	EM PARTE			
20	Fortalecer e ampliar projetos de geração de renda, para população em situação de rua, com estabelecimento de parcerias entre empresas públicas e privadas / cooperativas de geração de renda.	EM PARTE			
21	Criar espaços regionais para venda de trabalhos produzidos por todos os segmentos da Assistência Social (Loja Social / Feira).	NÃO			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
22	Assegurar que albergues, centros de convivência e demais serviços voltados à população em situação de rua desenvolvam ações destinadas à inserção no trabalho e/ou geração de renda.	EM PARTE			
23	Ampliar e implementar programas para a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil.	EM PARTE			
24	Garantir a inclusão de jovens em medidas socioeducativas em meio aberto na rede socioassistencial.	EM PARTE			
25	Assegurar atendimento contínuo à população moradora de rua, principalmente a pessoas que fazem tratamento médico ambulatorial.	NÃO			
26	Ampliar e implantar serviços na rede de proteção social especial para atendimento a pessoas com deficiência, garantindo-lhes serviços de abrigo, convivência, desenvolvimento de habilidades e atendimento socioassistencial, de forma a incluí-los socialmente de maneira integrada.	EM PARTE			
27	Ampliar Casa Abrigo e criar casas Passagem para mulheres vítimas de violência, com garantia de atendimento social, físico, psicológico, guarda, segurança e atendimento para filhos.	EM PARTE			
28	Assegurar que as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados e/ou abrigados sejam inseridas em programas socioassistenciais de transferência de renda.	NÃO AVALIADA			
29	Ampliar abrigos para crianças e adolescentes com a inclusão de quadro de funcionários especialista em atendimento a pessoas com deficiência.	NÃO			
30	Implantar Casa de Passagem e/ou Moradia Provisória para população adulta nos locais em que haja demanda.	EM PARTE			
31	Implantar repúblicas para todos os segmentos que dela necessitarem.	EM PARTE			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
32	Ampliar albergues, com núcleo de serviço (dia) e atendimento à família.	EM PARTE			
33	Garantir acesso e atendimento à população em situação de rua no território de sua escolha.	NÃO			
34	Assegurar acesso a hospedagem e/ou aluguel a pessoas moradoras em áreas de risco e situação emergencial (incêndio, enchentes e desabamentos).	EM PARTE			
35	Assegurar acesso a programas habitacionais (aluguel social e locação social) para pessoas em situação de rua atendidas na rede de proteção social especial.	EM PARTE			
36	Assegurar que os Poderes Executivo e Legislativo Municipal legitimem e reconheçam a Política de Assistência Social na elaboração do PPA, da LDO e da LOA.	NÃO AVALIADA			
37	Revisar e atualizar cartilhas sobre o SUAS com a finalidade de expor os direitos e serviços aos usuários, seu funcionamento, como e onde reivindicar o acesso aos mesmos, e ainda divulgar os endereços dos CRAS. A elaboração da cartilha ficará a cargo da SMADS e COMAS, com ampla divulgação à sociedade civil.	EM PARTE			
38	Flexibilizar a Política da Assistência Social para adaptação à realidade de cada município.	NÃO AVALIADA			
39	Proporcionar uma política inclusiva e não disciplinadora aos usuários dos serviços da rede de assistência social.	EM PARTE			
40	Indicar à SPTrans a obrigatoriedade de executar a Lei nº 5296, dando maior efetividade ao transporte de pessoas idosas e/ou com deficiência, através da ampliação e qualificação da sua metodologia de trabalho, propiciando locomoção a um maior número de usuários e seus acompanhantes.	NÃO AVALIADA			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
41	Garantir que a SEHAB atenda de forma imediata as famílias que moram em áreas de risco, favelas e ocupações, em programas habitacionais, incluindo trabalho sócio-educativo sistemático.	NÃO AVALIADA			
42	Propor à Secretaria Municipal da Saúde, em caráter de emergência, a implantação de CAPS (Centro de Apoio Psicossocial) em todos os distritos, e a ampliação do PSF – Programa de Saúde da Família, especialmente em áreas descobertas de atenção básica.	NÃO AVALIADA			
43	Indicar à Secretaria Municipal de Educação a necessidade de ampliar o programa de capacitação de profissionais para atendimento a pessoa com deficiência na rede pública de ensino.	NÃO AVALIADA			
44	Otimizar programas voltados para a faixa etária de 4 a 5 anos (NSE).	NÃO AVALIADA			
45	Ampliar o número de Telecentros.	NÃO AVALIADA			
46	Ampliar o transporte escolar (vai e volta).	NÃO AVALIADA			
47	Articular uma política em rede e intersecretarial no atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, no que diz respeito ao acolhimento e humanização dos serviços, principalmente com a Secretaria de Segurança (Delegacia de Mulheres, IML) e Secretaria da Saúde (hospitais de atendimento à violência doméstica e sexual).	EM PARTE			
48	Indicar às três esferas de governo que a Política Habitacional deve contemplar a implantação de moradias populares para Idosos.	EM PARTE			
49	Implantar Centro de Cultura e de Referências Étnicas.	NÃO AVALIADA			

META	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
50	Ampliar e fortalecer programas específicos para pessoas etilistas e dependentes químicos com dificuldade de convívio social.	NÃO AVALIADA			
51	Garantir a integração entre as políticas sociais do município de São Paulo - intersetorialidade (habitação, saúde, educação, trabalho e outros).				
52	Garantir que famílias ocupantes das áreas de mananciais sejam incluídas em projetos habitacionais de forma digna, assegurando acesso à rede de proteção social.	EM PARTE			
RELATÓRIO FINAL					
<ul style="list-style-type: none"> • Há várias propostas cujas ações são de responsabilidade de outras Secretarias ou órgãos. • Outras são metas permanentes da PAS e vem sendo executadas pela SMADS ainda que não atinjam 100% da demanda. • Com relação às dificuldades, a maioria diz respeito à: <ul style="list-style-type: none"> • Interface de negociação intersetorial; • Disponibilidade orçamentária; • Vontade política, aliada a prioridades definidas por outras instâncias (MDS, MP, entre outros); • Ausência de Política de Recursos Humanos; • Quanto à transferência de renda o que compete a SMADS vem sendo realizada e ainda que tratem na maioria de programas do governo federal sobre os quais não temos governabilidade; 					

3.3. Eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 3 – Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

METAS	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Criar uma coordenadoria específica de assistência social para cada subprefeitura.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
2	Criar quadro de pessoal compatível com a implantação do SUAS no município, abrindo concurso público, conforme NOB/RH, com plano de carreira.	EM PARTE			
3	Que a gestão municipal crie um grupo de trabalho composto por sindicatos profissional e patronal, entidades sociais e usuários, para padronização da nomenclatura dos cargos dos profissionais da área de assistência social e para definição de padrão mínimo dos recursos humanos.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
4	Formar equipe multidisciplinar para atendimento de trabalhadores e usuários.	NÃO AVALIADA			Falta de subsídios ou problemática de compreensão do item proposto
5	Ampliar o número de educadores que trabalham com adolescentes.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
6	Diminuir o número de adolescentes por educador, na proporção de um educador para cada vinte adolescentes.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política

METAS	PROPOSTAS	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
7	Ampliar número de profissionais para trabalho com idosos.	NÃO			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
8	Redimensionar o quadro de profissionais para atendimento nos NSEs, adequando-os à proporção educadores x usuários.	EFETIVADA S/N			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
9	Prever no orçamento da Assistência Social, a qualificação permanente dos trabalhadores sociais, na SMADS, SAS, CRAS, programas e serviços conveniados.	NÃO			
10	Estruturar e capacitar educadores dos Núcleos Socioeducativos (NSEs) e das Organizações que trabalham com pessoas com deficiência.	EM PARTE			Dificuldades nas questões orçamentárias e de falta vontade política
RELATÓRIO FINAL					

3.4. Eixo 4 – Financiamento

Tabela 4 – Financiamento

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Ampliar em no mínimo 20% ao ano o orçamento da Assistência Social, possibilitando a expansão dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, principalmente ampliando o número de CRAS e implementando um CREAS por Subprefeitura.	EM PARTE			
2	Destinar recursos orçamentários da FMAS com base em diagnóstico construído conjuntamente com a sociedade civil.	NÃO			
3	Ampliar e qualificar os recursos destinados às SAS e aos CRAS para atendimento direto.	EM PARTE			
4	Levar em conta os seguintes indicadores para a partilha de recursos: território com maior índice de vulnerabilidade social, famílias em risco (essencialmente com responsáveis pela família), população em situação de rua, população idosa e pessoas com deficiência.	EM PARTE			
5	Ter uma base de custeio de acordo com o serviço e a capacidade de atendimento.	EM PARTE			
6	Construir proposta orçamentária em conjunto com o FAS, garantindo transparência na destinação do FMAS.	EM PARTE			
7	Assegurar que os recursos financeiros do orçamento da União em 2006 sejam transferidos do FNAS para o FMAS, com base nos critérios de partilha definidos na NOB/SUAS Plano 10, garantindo recursos financeiros também para serviços de proteção especial no Município de São Paulo.	EM PARTE			

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
8	Propor a dotação de 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de Assistência Social, aos outros programas de transferência de renda, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	NÃO			
9	Ampliar os programas de transferência de renda e os valores dos benefícios com gestão compartilhada com a sociedade civil.	NÃO			
10	Incluir no PPA, LDO e LOA para 2008 nas três esferas de governo, recursos orçamentários para reajuste de custeio da rede socioassistencial conveniada, e no PPA a ser elaborado em 2009, para regulamentar este reajuste anual.	NÃO			
11	Financiar um estudo dos Custos de cada serviço para garantir o respeito aos princípios do NOB/ SUAS.	NÃO			

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
12	Priorizar as emendas parlamentares de comissão e bancadas, tendo em vista a deliberação da III Conferência Nacional de Assistência Social, da V Conferência do Município de São Paulo e Deliberação s/nº da plenária do COMAS de 30/06/2005, para que os projetos de emendas parlamentares sejam destinados aos Fundos Municipais de Assistência Social, Estadual e do Distrito Federal para os programas e serviços aprovados pelos Conselhos nos Planos Municipais de Assistência Social.	NÃO AVALIADA			
13	Garantir ao COMAS conhecimento e controle da destinação da aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares da bancada paulistana, no Congresso Nacional.	EM PARTE			
14	Elaborar lei municipal para criação do passe livre, para que crianças, adultos e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a atividades de Esporte/Lazer, Cultura, Educação, Saúde, Profissionalização, Trabalho e Assistência Social, sem ônus aos usuários.	NÃO			
15	Promover parcerias com comércio, empresas nacionais e internacionais dentro de programas de Responsabilidade Social, com garantia da primazia do Estado no financiamento dos programas, projetos e ações de Assistência Social.	EM PARTE			

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
16	Sensibilizar o Poder Legislativo para a instituição de legislação específica visando a renúncia fiscal à doação de recursos de pessoa jurídica ou física ao Fundo Municipal de Assistência Social, que não poderão ser aplicados em programas, projetos, serviços e benefícios destinados a crianças e adolescentes	NÃO AVALIADA			
17	Reduzir em 50 % as tarifas públicas devidas por ONGs que realizam o trabalho de assistência social (nas três esferas de governo).	NÃO AVALIADA			
18	Elaborar revisão da Lei de Parcerias, sob a luz da NOB/SUAS/2005.	NÃO AVALIADA			
19	Prever reajuste de verba dos serviços conveniados a fim de garantir o repasse do dissídio anual.	NÃO			
20	Desburocratizar regras para o estabelecimento de parcerias com o poder público.	NÃO			
21	Destinar recursos para melhoria e adequação dos espaços físicos onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.	EM PARTE			
22	Agilizar o processo de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social.	EM PARTE			
23	Incluir profissionais de assistência social nas organizações sociais.	EM PARTE			
24	Incluir coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social e auxiliar administrativo no quadro de pessoal das entidades,				

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
	com serviços conveniados, que atendem crianças, adolescentes e jovens.				
25	Incorporar a 13ª parcela complementar aos convênios.	NÃO			
26	Possibilitar a existência de repasse de recursos às organizações conveniadas para despesa de investimento, como por exemplo, reforma, ampliação e compra de material permanente.	NÃO			
27	Definir padrões para os serviços ainda não normatizados pela SMADS.	EM PARTE			
28	Incluir nos termos de convênios a exigência de que usuários e conselhos gestores acompanhem e avaliem a utilização de recursos, bem como a execução do convênio.				
29	Reajustar recursos de convênios de acordo com as necessidades (acompanhando RH e outras despesas).	NÃO			
30	Garantir repasse de verba dos convênios com agilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos, independente da mudança de governo, em nível municipal.	EM PARTE			
31	Simplificar processos de prestação de contas dos convênios nos âmbitos municipal e estadual.	NÃO AVALIADA			

META	PROPOSTA	EFETIVADA S/N	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
32	Alocar nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal os reajustes de convênios e financiamentos dos Serviços de Assistência Social, e que estes reajustes sejam anuais.	NÃO AVALIADA			
RELATÓRIO FINAL					
<p>Com relação às dificuldades perante a implementação das propostas, foram apontados o seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de mobilização e integração da sociedade civil • Problemáticas referentes a orçamento • Vontade política, não partidária, aliada às necessidades de atendimentos de prioridades estabelecidas por outras instancias tais como MDS, Ministério Público, entre outras • Observou-se a necessidade de revisão e atualização da portaria 28/SMADS /GAB <p>Durante a leitura foi esclarecido para a plenária que todo e qualquer projeto a ser financiado com recursos de emendas parlamentares deve ser aprovado pelo COMAS e que a respeito da desburocratização de regras para estabelecimentos de parcerias com o poder público (proposta 20), salientou-se a exigência legal de: chamamento mediante edital, monitoramento, supervisão técnica e a periódica prestação de contas. Trata-se de condições legais absolutamente indispensáveis para a realização de parcerias mediante convênios.</p>					

4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

A palestra¹ “Participação e o Controle Social no SUAS” foi realizada por Renato Luz que abordou os seguintes tópicos: conceito de controle social; controle social no SUAS; desafios para o controle social na cidade de São Paulo; condições necessárias para o fortalecimento do controle; responsabilidades dos atores envolvidos; competência ética; financiamento para realização de direitos; condições para as competências técnicas e exigências para a gestão democrática.

5. Sistematização do PROPOR 2009

Para a sistematização dos resultados das discussões dos temas do “Propor 2009”, as relatorias dispõem do material de apoio com os seguintes itens: efetivação das propostas; grau de prioridade para as propostas não efetivadas; grau de avanço das propostas efetivadas; dificuldades/entraves para a não efetivação de propostas; relatório final.

Os temas para o “Propor 2009” foram definidos de acordo com o agrupamento de sub-temas proposto pelo CNAS para as Conferências de Assistência Social de 2009: grupo 1 – Processo Histórico da Participação Popular no País, Trajetória e Significado do controle Social na Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social e o SUAS, grupo 2 – Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários, grupo 3 – Democratização e Gestão do SUAS e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS; grupo 4 – Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social. Além disso, para cada grupo haveria um tema em comum: participação do usuário nos Conselhos e Conferências.

¹ O conteúdo da palestra está no Anexo 2.

5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos

Processo Histórico da Participação Popular no País,
Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social e
Conselhos de Assistência Social e o SUAS

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
<p>Presença do usuário nas conferências, comas e fas</p>	<p>Articulação da sociedade civil As conferências ainda não estão acessíveis aos usuários A sociedade civil deixou de controlar a conferência há muito tempo. O controle está com o governo. Hoje não se vê movimentos populares, como era antigamente. Faltou divulgação do processo da conferência</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de uma comissão de monitoramento dos resultados das vii e viii conferências (resp. COMAS e FAS) 2. Sistematizar e publicizar os dados dos serviços e demandas sócio-assistenciais (resp. SMADS) 3. Descentralizar as conferências pelas subprefeituras (resp. COMAS) 4. Elaborar proposta de criar conselho gestor no âmbito de cada cras (resp. COMAS, mas envolvendo CRAS e FAS) 5. A eleição do COMAS deve ocorrer na Conferência Municipal de Assistência Social. 6. Convocação feita pelo COMAS. O FAS é responsável pela articulação, mobilização e realização da eleição da sociedade civil. E o governo é responsável pela infra-estrutura

5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS

Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os
Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
		<ol style="list-style-type: none">1. Cursos de capacitação continuada para os trabalhadores do serviço social, tanto conveniados como não conveniados para capacitar sobre os direitos dos usuários2. Criar uma comissão fiscalizadora para acompanhar junto ao comas as propostas que foram tiradas em 2007 e 2009 e divulgar para a sociedade civil Responsabilidade: COMAS3. Descentralização do comas para cada CRAS4. A partir da descentralização do comas, realização de plenárias regionais mensais com os usuários sob a responsabilidade do comas5. Cumprir o que diz a NOB/RH/SUAS - em relação ao CRAS CREAS6. Ações conjuntas do comas, SMADS e sociedade civil para facilitar a participação popular em todas as instancias da assistência social no município7. Propiciar o acessibilidade do usuário ao serviço8. Divulgação e ofertar conhecimento dos estudo que embasam a ampliação dos serviços da rede da assistência social Responsabilidade: SMADS

5.3. Subtemas: Gestão do SUAS e Entidades

Democratização da Gestão do SUAS e
Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
<p>Relação ONGS com os CRAS que fomentam a horizontalidade nas suas negociações;</p> <p>Descentralização através do programa ação família, serviços mais próximos da população, com melhoria no atendimento</p>	<p>Distanciamento da SMADS no início de 2009, acarretando em dificuldades nas relações com as ONGS devido a criação das CAS;</p> <p>Falta diálogo entre as diversas secretarias</p> <p>Acesso às informações de orçamento na área da assistência social</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1- Atentar para o caráter da universalização do acesso às políticas públicas, tornando o PL 3077/08 lei. 2- Que em todas as PP atentem-se para o caráter preventivo aos riscos e vulnerabilidades sociais, com vistas à universalização dos acessos, conforme preconiza o suas (compete ao CNAS) 3- Mobilização para aprovação de pl que beneficie os usuários de serviços socioassistenciais com o direito ao <u>bilhete de transporte (50% de desconto)</u> - (FAS, comas e legislativo). 4- Retomada do sistema de gerenciamento de resultados, a fim de que a sociedade civil possa monitorar a efetividade e qualidade dos serviços (<u>SMADS e FAS</u>) 5- Elaborar uma cartilha informativa para a sociedade civil para divulgar como ter acesso aos serviços da assistência social (<u>intersecretarial</u>). 6- Divulgação na mídia dos eventos de conferencia pública para maior informação à população (<u>comas</u>) 7- Aumentar o orçamento nas áreas da assistência social para ampliação dos serviços e maior qualificação dos já existentes (poder executivo, legislativo e FAS) 8- Capacitação para usuários, trabalhadores, entidades (CRAS) e conselheiros da assistência social (<u>COMAS</u>)

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
		9- Elaboração de uma comissão regional para monitoramento e avaliação das propostas da conferencia (<u>conferencia municipal, COMAS, FAS</u>) 10- Realizar as pré-conferencias ao nível dos CRAS e não por macro regiões

5.4. Subtema: financiamento

Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social.

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
O grupo não identificou Avanços alcançados	O grupo não identificou dificuldades enfrentadas	<ol style="list-style-type: none">1. Dotação mínima de 5% na arrecadação para a Assistência Social2. Disponibilização de verba para ofertar cursos de geração de renda à familiares3. Constituição de uma comissão para estudar e reescrever valores da Portaria 28. A mesma precisa ser reestruturada, revendo aumento dos convênios. A comissão será constituída pelo COMAS, técnicos de SMADS, Pastoral do Menor, organizações sociais, CMDCA, representantes do gabinete do prefeito, sindicatos e sociedade civil4. Respeitar a Assistência Social enquanto política pública para que se faça valer o direito de obter recursos financeiros necessários;5. Ampliar os recursos destinados ao CRAS para atendimento direto6. Solicitar ao COMAS documento de aprovação ou apreciação orçamentária, constante no item 6, das deliberações 20077. Ampliar as metas propostas na última conferência/2007, que são elas:<ol style="list-style-type: none">a) Prever reajuste de verba dos serviços conveniados a fim de garantir o repasse do dissídio anualb) Destinar recursos para a melhoria e adequação dos espaços físicos, onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência;c) Incorporar a 13ª parcela complementar aos convêniosd) Possibilitar a existência de repasse de recursos a organizações conveniadas para despesa de investimento, como por exemplo: reforma, ampliação e compra de material permanente, bem como garantir o repasse de verbas dos Convênios com agilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos, independente da mudança de governo, em nível municipal.e) Reajustar recursos de convênios de acordo com as necessidades (acompanhando RH e outras despesas)

5.5. Participação do usuário nos Conselhos e Conferências

Tabela 9 – Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Grupos temáticos	Entraves / Dificuldades encontradas pelo usuário para participação nos Conselhos e Conferências	Propostas para superação das dificuldades
1	Falta de informação e formação dos usuários e trabalhadores.	Criar uma agenda de discussões na comunidade, disponibilizando informações para usuários e trabalhadores (resp. CRAS). Recomendações A presidência do COMAS deve ser da sociedade civil para garantir a efetiva paridade do poder de decisão.
2	Não há indicadores para medir a participação da sociedade civil Local adequado para realização das conferências	
3	Dificuldade na disponibilização dos dados para avaliar as metas propostas na conferencia de 2007 Descrença da sociedade civil com o poder público	1. Garantir aos usuários delegados as condições de acesso para participação com infra-estrutura disponibilizada pelo poder público (FMAS, COMAS e SMADS) 2. Maior tempo para preparo e conhecimento do material utilizado nas conferencias, oferecendo assim, maior acesso à população, melhor divulgação, tempo e transporte <u>nas conferências</u> .
4	Divulgação Localização Transporte Horários em que são feitas as Conferências	1. Melhorar a divulgação 2. Disponibilizar transporte gratuito 3. Capacitação dos usuários

6. Moções referendadas na Conferência Regional

Moção de Repúdio

Propositor	-----
Destinatário	À equipe organizacional (organizadora da Pré-Conferência ou Comissão Central?); Poder Público; COMAS
<p>Não trouxe clareza nesta VII Conferência dos dados referentes à Conferência de 2007, faltando clareza nos resultados dados das metas apresentadas à plenária, dificultando os membros participantes desta conferência de conferir e votar.</p> <p>Faltou melhor organização da equipe organizadora em explicitar este conferir 2007. Pouco entendimento do poder público presente.</p>	
<u>Observações</u>	
Moção assinada por 21 pessoas, que informaram nome completo e RG, e referendada pelo Plenário	

Moção de indignação

Propositor	Grupo Usuários eixo 2 tarde (etapa: Propor 2009)
Destinatário	-----
<p>Vimos através desse instrumento mostrar nossa indignação quanto ao espaço e estrutura metodológica da Pré-Conferência. A falta de informação atrapalhou os trabalhos. Os debates são muitos técnicos, dificultando o entendimento dos usuários e praticamente os excluindo das discussões. O espaço físico utilizado para debates dos eixos temáticos é ruim por ser aberto com excesso de ruídos e vento, dificultando o entendimento e aprofundamento das discussões.</p>	
<u>Observações</u>	
Moção assinada por 21 pessoas, que informaram nome completo e assinaram, e referendada pelo Plenário.	

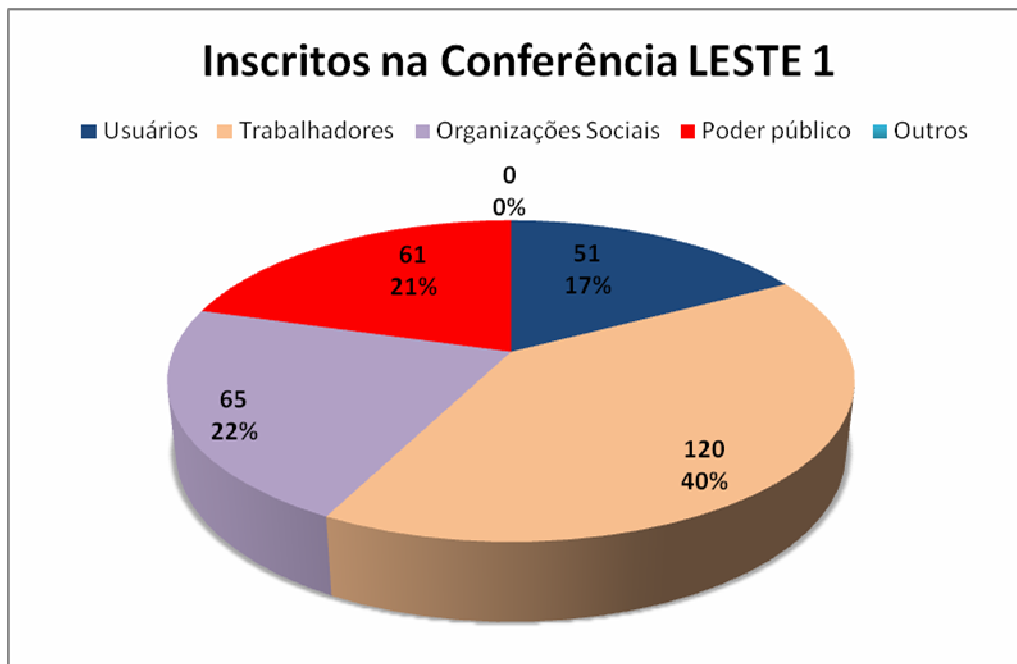
7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal

O último trabalho da Conferência foi a escolha da delegação para a VIII Conferência Municipal, respeitando as regras aprovadas no regimento, considerando a proporção de uma vaga para delegado titular para cada 5 (cinco) participantes representantes da sociedade civil inscritos na Conferência Regional, e a proporção de 1 (uma) vaga para delegado suplente para cada 10 (dez) inscritos, sendo o total de vagas dividido igualmente para os 3 (três) segmentos – usuários do SUAS, trabalhadores e entidade/organizações sociais.

Na plenária final foram escolhidos 35 (trinta e cinco) delegados titulares, sendo 11 (onze) representantes dos usuários do SUAS, 09 (nove) representantes dos trabalhadores e 14 (quatorze) representantes de organizações sociais. Não foram escolhidos delegados suplentes para as categorias dos usuários e trabalhadores, enquanto para as organizações sociais forma escolhido 02 (dois). Não foram escolhidos observadores. Para a Conferência Estadual, foram escolhidos 53 (cinquenta e três) delegados.

7.1. Participantes inscritos

Foram inscritas no total 297 (duzentas e noventa e sete) pessoas, sendo elas 51 (cinquenta e uma) usuários do SUAS, 120 (cento e vinte) trabalhadores da rede sócio-assistencial, 65 (sessenta e cinco) de organizações sociais e 51 (cinquenta e um) representantes do poder público.



7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1. Gilson Nunes Vitória
2. Adenilson José de Santana
3. Claudio de Souza Vieira
4. José Flávio Lopes de S
5. Lyria de Helena Tomi Y.
6. Elizabete Clementino F. Lopes
7. Gersina Pereira
8. Maria Teresina de Oliveira
9. Abadia Martins Sa
10. Jhefferson Julio Pereira dos Santos
11. Angela Maria Lopes

Segmento: Trabalhadores

1. Antonio Cabral da Silva
2. Ivone de Assis Dias
3. Maria Lúcia Cunha
4. Marilda Faria da Fonseca
5. Rosemeire Santana Modesto

6. Regina Diniz de Souza
7. Diana da Silva Rodrigues
8. Francisco Luis Dias dos Santos
9. Edivaldo Liberato Diamantino

Segmento: Organizações Sociais

1. Deusa Maria Santos
2. Ana Cristina da Silva
3. Joelma A. de F. Sousa
4. Ubirajara da Silva
5. Idevanir Arcanjo de Souza
6. Sueli Fernandes da Silva
7. Hélio da Serra
8. Isabel Pannia
9. Teresinha Cecília S Lira
10. José Henrique de Marques
11. Maria Socorro Alves
12. Raimunda Elaine C. Silva
13. Célia Aparecida Assumpção
14. Elineide Santos Silva

7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

Não houve representação.

Segmento: Trabalhadores

Não houve representação.

Segmento: Organizações Sociais

1. Willians Henrique da Silva
2. Luciana Cortello Viana

7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal

Não houve representação.

8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal

1. Conceição Aparecida da Costa Mello
2. Cláudia Moreno da Silveira
3. Silvana Pires de Lima
4. Neide de C. Mendes
5. Ana Cléia M. Araujo
6. Viviane Ramos Marinho
7. Kelly Rodrigues Melatti
8. Marilene Caetano Raimundo
9. Roseli Innocencio
10. Maria Aparecida Ribeiro Pavão
11. Roseli Dutra da Cunha Ferreira
12. Monalisa Garcia Pera
13. Sonia Regina S. G. Couceiro
14. Luciana Biazzi de Oliveira
15. René Ribeiro Silva
16. Claudia Cristina de Castro
17. Silvia Aparecida Feijo Suterio
18. Kátia Coelho Machado

9. Avaliação

9.1. Síntese das avaliações dos participantes

Nessa Conferência foram entregues por parte dos participantes um total de 20 (vinte) avaliações. Dentre elas, no item *credenciamento* a maioria, 65% (13 avaliações), indicaram como BOM; no item *palestra* a maioria, 55% (11 avaliações) também indicaram o processo como BOM; no item *trabalhos em grupo*, a maioria, 45% (09 avaliações) e 35% (07 avaliações) indicaram, respectivamente, como BOM e REGULAR; no item *infra-estrutura*, a maioria, 40% (08 avaliações), indicou como BOM o mesmo valor indicado para REGULAR. No quesito *organização geral do evento*, as avaliações foram de 50% (10 avaliações) para BOM e 35% (7 avaliações) para REGULAR.

Os dados quantitativos referentes à avaliação encontram-se na tabela 10.

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

	EXCELENTE	BOM	REGULAR	SEM AVALIAÇÃO
<i>Credenciamento</i>	4	13	3	0
<i>Palestra(s)</i>	3	11	6	0
<i>Trabalhos em grupos</i>	2	9	7	2
<i>Infra-estrutura</i>	3	8	8	1
<i>Organização geral do evento</i>	3	10	7	0

Os dados também podem ser visualizados nos gráficos a seguir:

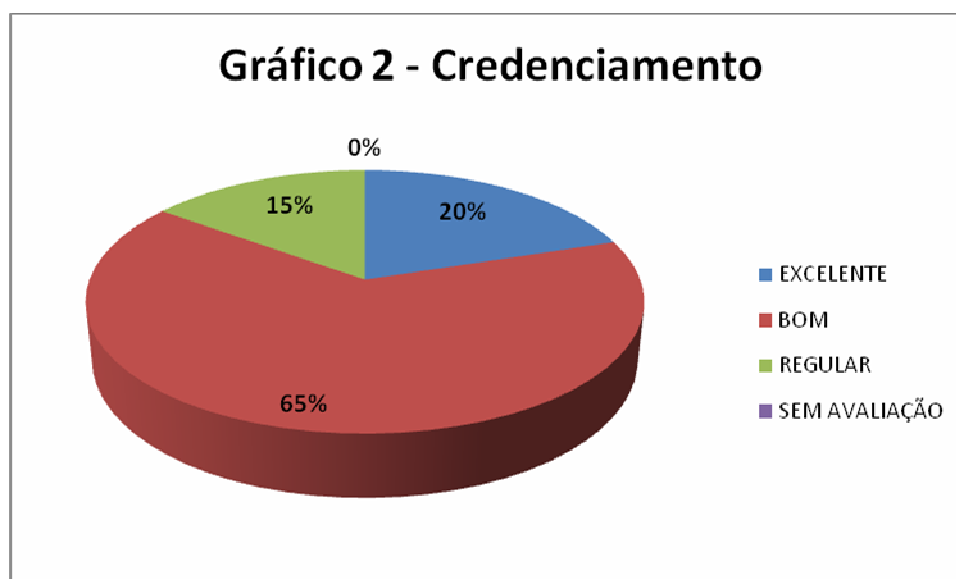


Gráfico 3 - Palestra(s)

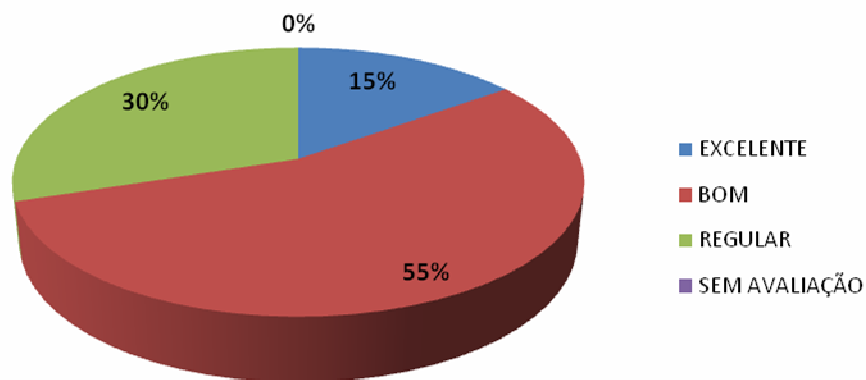


Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

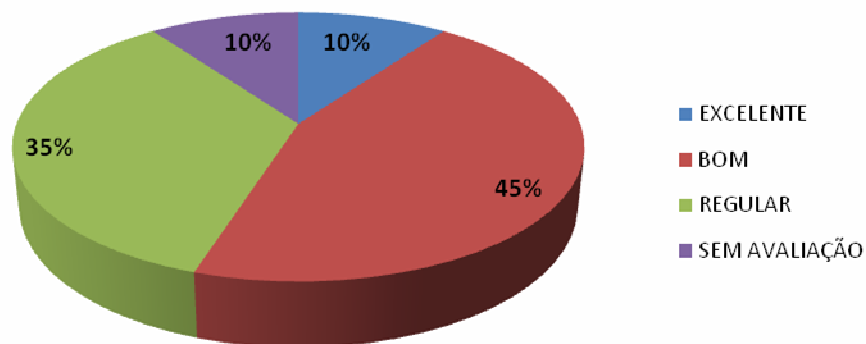
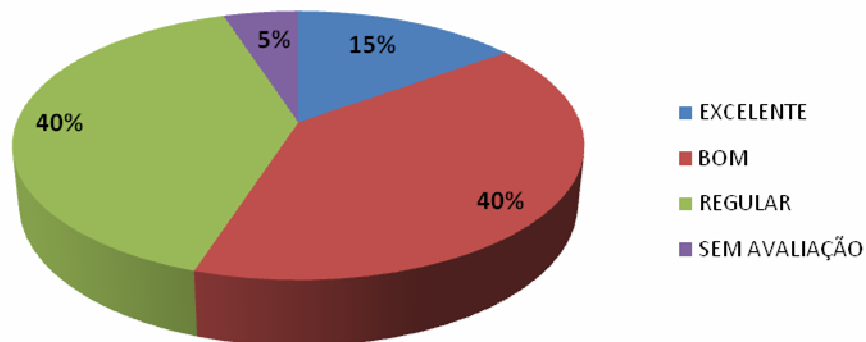
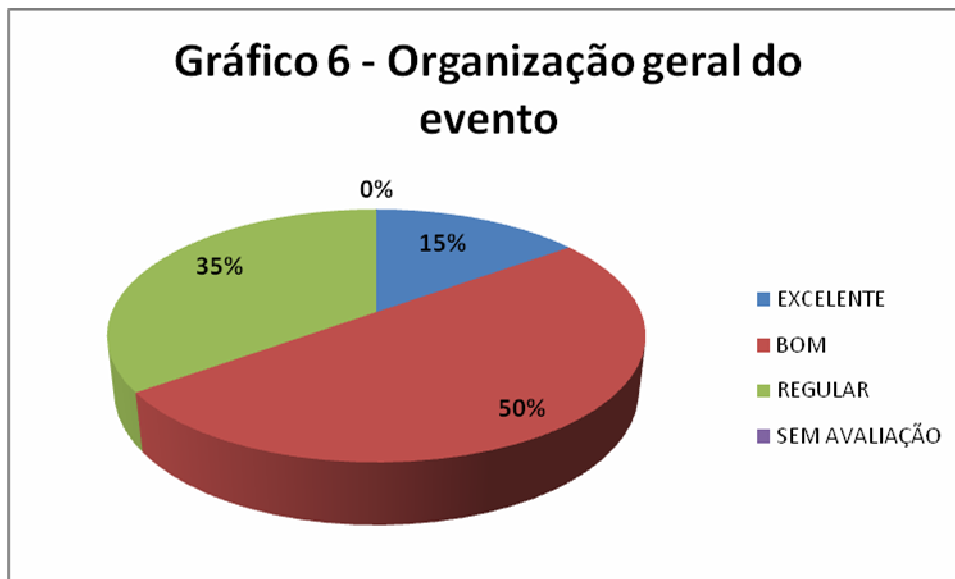


Gráfico 5 - Infra-estrutura





9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes

Os itens mostrados abaixo são resultados da categorização das manifestações dos participantes na ficha de avaliação. O número entre parênteses indica a quantidade de opiniões similares ao item.

• Sugestões

1. Formar parcerias entre os conselheiros da educação e da assistência social para efetivação das políticas públicas.
2. Encontrar um local mais adequado para as discussões temáticas.
3. Clareza na divulgação dos endereços das Pré-conferências Regionais.
4. Cumprir os horários previstos no regimento.
5. Aumentar a duração das atividades em grupo.
6. Realizar as Pré-conferências em dois dias para ter mais tempo para as discussões.
7. Fornecer dados concretos a respeito da situação das propostas oriundas da Conferência anteriores, para a realização da atividades “Conferir 2007” e “Propor 2009”.
8. Utilizar o fundo reservado para a realização das conferências.

• Críticas

1. O evento foi desorganizado tanto na questão da infra-estrutura do local quanto no conteúdo exposto (6);
2. O credenciamento foi tumultuado, os participantes não foram bem recebidos (2);
3. O local onde foram realizados os grupos temáticos era barulhento e não permitiu elaboração de propostas significativas (6);
4. O tempo foi disperso com questões desnecessárias e fora de contexto (1);
5. Falta de respeito com os horários propostos (2);
6. Falta de flexibilidade por parte dos colaboradores com relação as propostas apresentadas (1);
7. A palestra deveria ser proferida por um assistente social e não por um psicólogo (1);
8. Palestra ruim não fez uma explanação com bom entendimento (1);
9. Difícil acesso ao CEU (2).

• **Elogios**

1. Parabenização pela realização do evento (1);
2. A coordenadora da mesa Simone se destacou positivamente, sabendo dar bom andamento aos debates (1);
3. O teatro é bom (1);
4. As refeições estavam boas (1);
5. A organização do evento foi boa (1).

Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social

As conferências municipais, estaduais e nacionais de política pública constituem uma das mais importantes conquistas democráticas da sociedade brasileira, que vem sendo consolidadas após a Constituição Federal de 1988.

A cidade de São Paulo vai realizar sua 8ª Conferência Municipal de Assistência Social, por meio da parceria entre governo e sociedade civil.

O tema geral da conferência será a *Participação e o Controle Social no SUAS*, interpelando todos nós a refletir sobre os meios e oportunidades para ampliar o protagonismo das cidadãs e dos cidadãos paulistanos na fiscalização, no acompanhamento e no controle democrático da política de Assistência Social.

O COMAS-Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de uma Comissão Organizadora e com apoio técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, vem se ocupando da organização da 8ª Conferência, o que requer atividades preparatórias com vistas ao pleno êxito do evento.

Nos dias 8 e 15/06/2009 foram realizadas reuniões de preparação de coordenadores, facilitadores e relatores, sob a coordenação da Comissão Organizadora.

No dia 17/06/2009, inicia-se o ciclo de 10 pré-conferências macro-regionais preparatórias para Conferência Municipal, que serão realizadas com apoio das CAS - Coordenadorias regionais de Assistência Social da SMADS.

A conferência, instância de reflexão e deliberação sobre a Política Pública de Assistência Social, representa privilegiado espaço de participação popular na defesa de direitos sociais e na construção de uma sociedade democrática.

A 8ª conferência é momento de CONFERIR o cumprimento das metas do biênio 2007-2009, aprovadas na última Conferência e de PROPOR novas metas para o biênio que se inicia.

Sob essa perspectiva, vale destacar aqui as preocupações e providências que vem marcando o primeiro semestre da atual gestão da SMADS.

Na ocasião do convite para assumir a gestão, a edição do aludido decreto, restabeleceu a especificidade da Pasta da Assistência Social, devidamente dotada de recursos humanos, materiais e financeiros para realização de seus fins e metas. A situação anterior configurava um duplo comando - de uma parte dos meios, por parte da SMSF; e dos programas, projetos e benefícios, por parte da SMADS - em prejuízo da necessária unidade e coesão das ações. A estrutura precedente alimentava um perverso distanciamento entre a unidade central e as unidades regionais. O novo desenho vem favorecendo a "reconciliação" da instância central com as 31 unidades regionais representadas pelos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, agora facilitada pela intermediação das novas Coordenadorias (Macroregiões) de Assistência Social criadas pelo mesmo decreto.

Recompõe-se, portanto, a estrutura de uma parcela do poder público paulistano, absolutamente fundamental para a gestão de políticas de melhoria da qualidade de vida da população, especialmente daqueles segmentos socialmente mais vulneráveis.

Já nos primeiros dias da gestão, a Srª Secretária determinou como prioridade da Pasta a consolidação dos CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, o que vem implicando, conforme o caso, instalação, readequação ou deslocamento, para outros imóveis, das unidades em funcionamento, de modo a cumprir o Plano de Providência pactuado com a SEADES e a CIT, segundo os critérios estabelecidos na resolução nº 6/Comissão Intergestores Tripartite, de 01/07/2008.

As recém-inauguradas unidades do CRAS - Freguesia do Ó e do CRAS - Santo Amaro constituem evidências do compromisso da atual gestão com a qualidade dos

serviços socioassistenciais e com o respeito ao cidadão, à luz dos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social. Encontra-se em andamento as providências quanto aos demais CRAS contemplados naquele plano.

Sob a gestão direta do poder público, os CRAS são unidades básicas de prestação de serviço socioassistenciais. Os CRAS significam a presença e a ação direta da municipalidade paulistana nos territórios cujos residentes estejam sujeitos a maior grau de vulnerabilidade social.

Todos nós, representantes do governo e da sociedade civil, estamos conscientes de nossas responsabilidades frente às complexidades das demandas do cidadão quanto aos serviços e benefícios da área da seguridade social. Conhecemos os desafios que teremos que enfrentar. E quais são esses desafios?

1. A ampliação da cobertura dos serviços e benefícios de Assistência Social, de modo a atender, efetivamente, a todos aqueles que “dela necessita”, observando-se o princípio constitucional em contexto de agravamento dos problemas sociais em decorrência da crise mundial.

2. A consolidação da rede de serviços, sob o comando único da SMADS, segundo as diretrizes do foco na família da territorialização das ações e da articulação intersetorial.

3. O aprimoramento dos mecanismos de gestão administrativa e financeira, alcançando maior eficiência e eficácia no monitoramento dos convênios, que constituem o principal instrumento da política socioassistencial municipal pela parceria com organizações sociais privadas.

4. O aprimoramento dos instrumentos de vigilância social, identificando tendências territoriais, regionais e metropolitanas, de modo a assegurar a resolutividade e eficácia das ações socioassistenciais.

5. A implantação de novas unidades de CRAS e a readequação das que se encontram em funcionamento, observados os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e, particularmente, o *plano de providência* elaborado com base na Res. CIT nº 6.

6. Avaliação e reordenamento da Política de Atenção à População em Situação de Rua com implantação de novas formas de abordagem e de prestação de serviço, privilegiando-se a (re) habilitação para o trabalho e para diversas inserções na vida social, de modo a romper com a tendência a cronificação de situações, à tutela e a dependência dos usuários em relação aos serviços.

7. Definição de uma metodologia de abordagem e de prestação de serviços a segmentos populacionais (crianças, adolescentes e adultos) “desterritorializados” pelos intensos deslocamentos na cidade e na região metropolitana e que desenvolve estratégias de sobrevivência “na rua”, em razão do enfraquecimento ou da ruptura de vínculos com a família, a escola, o trabalho e a comunidade em seus respectivos “territórios”.

8. A otimização dos investimentos financeiros, materiais, técnicos e profissionais em serviços destinados ao abrigo institucional de crianças e adolescentes e a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, de modo a alcançar maior eficácia no desligamento “assistido”, observados os princípios do *direito convivência familiar e comunitária* e de *provisoriamente e excepcionalidade* da medida de abrigamento.

9. A efetiva articulação da concessão de benefícios financeiros com a prestação de serviço socioassistenciais, otimizando a aplicação de recursos e favorecendo a conquista de autonomia pelos usuários.

10. A efetivação dos CRAS, concebidos como “portas de entrada” para o SUAS, evidenciando e dando visibilidade às ações diretas do poder público municipal pela intervenção nos territórios, pela articulação em rede distrital e regional dos serviços, pela proximidade dos serviços com as famílias usuárias e pela combinação dos serviços com a concessão dos benefícios.

A equipe de atual gestão do SMADS manifesta sua certeza de que representantes do governo e representantes da sociedade civil saberão honrar suas delegações e mandatos junto à 8ª Conferência, exercendo com dignidade o compromisso com a consolidação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na cidade de São Paulo, no Estado e no Brasil.

E reafirma, uma vez mais, o seu empenho para o contínuo aperfeiçoamento da Política de Assistência Social, segundo padrões de qualidade e resolutividade compatíveis com a grandeza e a importância política, cultural, social e econômica da cidade de São Paulo para o país e para o mundo.

É, portanto, com entusiasmo e muita satisfação que declaro, em conjunto com a presidência do COMAS, aberta a Pré-Conferência Regional de Assistência Social.

Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

Conteúdo elaborado por Abigail Torres, Priscila Cardoso e Renato Luz.

Conceito de Controle Social (Polis: 2006)

Ação da sociedade civil organizada para: intervir nas políticas públicas, definir prioridades e avaliar objetivos, processos e resultados.

Controle social no SUAS

Sistema democrático e participativo de gestão e de controle social por meio de:

- Conselhos que devem ser de construção e operação democrática e transparente;
- Conferências de assistência social realizadas a cada biênio com efetiva possibilidade de participação de todos os segmentos;
- Publicização de dados e informes referentes às demandas e necessidades, de localização e padrão de cobertura dos serviços de assistência social;
- Canais de informação e de decisão com organizações sociais parceiras, submetidos a controle social, através de audiências públicas;
- Mecanismos de audiência da sociedade, de usuários, de trabalhadores sociais;
- Conselhos de monitoramento de direitos socioassistenciais;
- Conselhos de gestão dos serviços.

Desafios para o controle social na cidade de São Paulo

- Ampliação da pauta do COMAS para além da inscrição de entidades sociais;
- Descentralização e ampliação de instâncias de controle social;
- Representatividade frente aos interesses dos usuários da política;
- Diálogo intersetorial;
- Acesso e divulgação das informações;
- Fortalecimento da participação dos usuários – CRAS;
- Processos de capacitação que incluam organizações de defesa de direitos e que sejam direcionadas para o fortalecimento dos eixos do SUAS;
- Definição de uma agenda comprometida com deliberações das conferências e que reafirme a necessidade de planejamento contínuo e participativo da política;
- Planejamento de ações de mobilização constante;
- Inscrição de organizações (PL 3021/08): qual é o posicionamento sobre a questão?

Condições necessárias para o fortalecimento do controle - construção de uma agenda

Pressupõe:

- Governantes estimulados à partilha do poder com a sociedade civil; instados à construção de canais de participação;
- E... A existência de uma sociedade civil mobilizada, consciente e politicamente ativa.

Responsabilidades dos atores envolvidos

- Os gestores precisam re-organizar a rede socioassistencial de acordo com o SUAS;
- Os conselhos municipais, responsáveis pela inscrição das entidades e fiscalização dos serviços, programas e projetos da área, precisam redefinir critérios e parâmetros de qualidade do atendimento e assessoramento aos usuários e a própria participação nos conselhos. (Rosangela Paz)

Competência Ética

- O sentido de democracia na sociedade moderna é alcance e a garantia do direito, e não só o poder de participar da decisão. (SPOSATI)
- Seguramente é importante termos o controle social dos meios, como o financiamento, mas esse controle permanecerá com baixa efetividade, ou até movido por interesses parciais, enquanto o processo de gestão da assistência social entre os entes federativos não guardar unidade quanto aos direitos do cidadão brasileiro no âmbito da política de assistência social.

Financiamento para realização de direitos

- A distribuição dos recursos da Assistência Social pode representar violação de direitos, se de um lado o usuário precisa comprovar renda e necessidade para ter acesso a benefícios e serviços. Enquanto de outro os recursos não estão no fundo;
- Financiam-se as ações de primeiras-damas desarticuladas da política pública, utilizando recursos públicos;
- As organizações desenvolvem suas ações em desacordo com as diretrizes da política;
- Isenções são dadas sem controle de quantidade dos recursos e nem do tipo de ação desenvolvida.

Competências técnicas - condições

- Existência de quadros de profissionais habilitados;
- Regularidade das informações relativas à gestão dos recursos e das ações desenvolvidas pelo Executivo e pelas organizações conveniadas;
- Qualificação dos conselheiros: especialmente quanto a metodologias para avaliação dos resultados das políticas sociais;
- Capacidade de além de executar serviços, propor e fiscalizar as ações;
- Combater ações de lobbies tensionando para a discussão sobre interesses públicos e coletivos;
- Desautorizar a representação de interesses dos usuários por seus “*benfeitores*” condição que caça protagonismo e reproduz subalternidade dentro da política.

Gestão democrática - exige instituições que:

- Assegurem a expressão de quem nelas trabalham;
- Assegurem participação de seus usuários;
- Propiciem e fomentem a organização e expressão dos sujeitos (comissões locais de acompanhamento eleita pela comunidade);
- Sejam capazes de assegurar informações sobre todo o processo de decisão.

Instituir compromissos vem desde a base, é lá que inicia e também se dá de forma concreta à *co-gestão*. (SPOSATI)

Temos a convicção que o processo das conferências bem como a gestão dos conselhos para além de conter uma potência, uma capacidade democrática, sinalizam que participar, gerir, decidir, pensar, intervir, controlar, avaliar uma política social indica que estamos manifestando uma vontade de poder interferir no presente e no futuro. É esta potência, capacidade e vontade que dá sentido ao processo de participação e de controle social, tanto como um vir a ser como a um pôr-se em movimento. (SPOSATI: 2009)

Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1	Nome: Gilson Nunes Vitória	RG: -----
	Endereço: Rua Fraiburgo, 6ª, Cidade Lider, Itaquera	
	Telefone: 2749-7498	Email: gilson_negão@hotmail.com
2	Nome: Adenilson José de Santana	RG: 19964211-4
	Endereço: Rua Lincon Junqueira, 311	
	Telefone: 2552-1531	Email: adenilsonsanatana@gmail.com
3	Nome: Claudio de Souza Vieira	RG: 30591727-4
	Endereço: Rua Surucas, 140, Cidade A.E. Carvalho	
	Telefone: 3756-5612	Email: claudio2005@ig.com.br
4	Nome: José Flávio Lopes de S	RG: 52713466-1
	Endereço: Rua Ribeiro dos Santos, 265	
	Telefone: 2058-3948	Email: -----
5	Nome: Lyria de Helena Tomi Y.	RG: 3785437-9
	Endereço: Av. Águia de Haia, 2260	
	Telefone: 2047-5138	Email: -----
6	Nome: Elizabete Clementino F. Lopes	RG: 15837344
	Endereço: Rua Francisco de Souza Queiroz, 81º, Ponte Rasa	
	Telefone: 2280-6824	Email: ecflopes@ig.com.br
7	Nome: Gersina Pereira	RG: 16992750-7
	Endereço: Rua Mario Massi, 60, Ermelino Matarazzo	
	Telefone: 2541-2383	Email: gersinartesanato@hotmail.com
8	Nome: Maria Teresina de Oliveira	RG: 11196886-0
	Endereço: Rua Cinturão Verde, 150, Ermelino Matarazzo	
	Telefone: 9691-7082	Email: gersinartesanato@hotmail.com
9	Nome: Abadia Martins Sa	RG: 28114206
	Endereço: Av. Silvio Rentes, 11	
	Telefone: 8172-1341	Email: -----
10	Nome: Jhefferson Julio Pereira dos Santos	RG: 46583530-1
	Endereço: Rua Fellipe Marinett, 372	
	Telefone: 3721-1377	Email: jheffersonsantos@hotmail.com
11	Nome: Angela Maria Lopes	RG: 44890221-7
	Endereço: Rua Ribeiro dos Santos, 165	
	Telefone: 2058-3948	Email: -----

Segmento: Trabalhadores

1	Nome: Antonio Cabral da Silva	RG: 15954655-7
	Endereço: Rua Jacinto Ferreira, 51, Pq Saroicity	
	Telefone: 8278-4033	Email: cabralantonio2003@ig.com.br
2	Nome: Ivone de Assis Dias	RG: 16755106-1
	Endereço: Rua Cantagalo, 2044, Ed. Atl	
	Telefone: 2015-4195	Email: casacidinha@terra.com.br
3	Nome: Carla Cristina G.V. Barreto	RG: 28995498-8
	Endereço: Rua Agreste de Itabaiana, 397, Vila União	
	Telefone: 7628-1799	Email: carlacgyb@hotmail.com
4	Nome: Maria Lúcia Cunha	RG: 15336308-3
	Endereço: Rua Alto Belo, 1199, apt 321, V. Antonieta	
	Telefone: 3208-3950	Email: cunha.n2005@hotmail.com
5	Nome: Marilda Faria da Fonseca	RG: 22793846-X
	Endereço: José Maria Ferreira dos Santos, 92, São Mateus	
	Telefone: 2015-3089	Email: fonsecamarilda@terra.com.br
6	Nome: Rosemeire Santana Modesto	RG: 20485801-X
	Endereço: Rua Fernandes Tourinho, 216, Jd Neia Cruz	
	Telefone: 2919-0189	Email: rosemeiremodesto@ig.com.br
7	Nome: Regina Diniz de Souza	RG: 11934085-9
	Endereço: Rua Álvaro de Mendonça, 456	
	Telefone: 2205-1100	Email: -----
8	Nome: Diana da Silva Rodrigues	RG: 34751820-5
	Endereço: Travessa Francisco Manara, 105, Jd Limoeiro	
	Telefone: 2253-6023	Email: diana_sara@hotmail.com
9	Nome: Francisco Luis Dias dos Santos	RG: 14242830-9
	Endereço: Rua Vilma Flor, 504	
	Telefone: 2015-0909	Email: franciscobeneficio@sitraenfa.org.br
10	Nome: Edivaldo Liberato Diamantino	RG: 15268918-7
	Endereço: Travessa Freire, 99, Jd São Francisco	
	Telefone: 2253-2492	Email: ediliberata@hotmail.com

Segmento: Organizações Sociais

1	Nome: Deusa Maria Santos	RG: 24975148-3
	Endereço: Rua Imburama, 152, Vila Progresso	
	Telefone: 2052-8654	Email: assoc.vivendoeaprendendo@ig.com.br
2	Nome: Ana Cristina da Silva	RG: 23068071-9
	Endereço: Rua Cadeias, 50, União de Vila Nova	
	Telefone: 2031-3780	Email: Cris.nam@uol.com.br
3	Nome: Joelma A. de F. Sousa	RG: 28443206-4
	Endereço: Rua Noroquages, 31, Itaquera	
	Telefone: 2052-5003	Email: joelmafreitas@yahoo.com.br
4	Nome: Ubirajara da Silva	RG: 14293082-9
	Endereço: Rua Erva de Ovelha, 345	
	Telefone: 2053-2075	Email: bira.acapri@gmail.com

5	Nome: Idevanir Arcanjo de Souza	RG: 18354408-0
	Endereço: Rua Mirassol D'Oeste, 39	
	Telefone: 2052-3826	Email: arcanjoidevanir@hotmail.com
6	Nome: Sueli Fernandes da Silva	RG: 19467246-3
	Endereço: Rua Iberê da Costa Franco, 60	
	Telefone: 2621-7330	Email: cpa@cpa.org.br
7	Nome: Hélio da Serra	RG: 5295689-7
	Endereço: Rua Conde de Avintes, 34, Jd Rodolfo Pirani	
	Telefone: 9822-7202	Email: Helio-serra@ig.com.br
8	Nome: Isabel Pannia	RG: 12775185-3
	Endereço: Rua Angueritá, 44, Jd Nazaré	
	Telefone: 9501-1569	Email: missionária.izabel@gmail.com
9	Nome: Teresinha Cecília S Lira	RG: 9028882-8
	Endereço: Rua Emília Angelina, 59, Cidade Tiradentes	
	Telefone: 2964-2995	Email: ta_lira@ig.com.br
10	Nome: José Henrique de Marques	RG: 25639752-1
	Endereço: Rua Cembira, 135, São Miguel	
	Telefone: 9767-5832	Email: jhenriquem@yahoo.com.br
11	Nome: Maria Socorro Alves	RG: 9116055-8
	Endereço: Rua Cavaleiro da Lua, 8, Cidade A.E. Carvalho	
	Telefone: 2046-6227	Email: abecl@itelefonica.com.br
12	Nome: Raimunda Elaine C. Silva	RG: 19411087-4
	Endereço: Rua Canção Agalopada, 36, Q C, Cidade A.E. Carvalho	
	Telefone: 7456-0320	Email: asselaine@ig.com.br
13	Nome: Célia Aparecida Assumpção	RG: 16596290-2
	Endereço: Salvador Fernandes Cardia, 814, Vila Mara	
	Telefone: 2581-7983	Email: assumpsol@hotmail.com
14	Nome: Elineide Santos Silva	RG: 15581054-6
	Endereço: Rua Lope Alberdi, 75, Jd Augusto	
	Telefone: 2736-7785	Email: elineidess@ig.com.br

Suplentes à VIII Conferência Municipal

Segmento: Organizações Sociais

1	Nome: Willians Henrique da Silva	RG: 29631750-0
	Endereço: Rua Carolina Fonseca, 235 A, Itaquera	
	Telefone: 2070-0229	Email: willians4p@hotmail.com
2	Nome: Luciana Cortello Viana	RG: 23953856-0
	Endereço: Rua Manoel Leonel dos Santos, 53	
	Telefone: 2035-7632	Email: bailarina.29@hotmail.com

Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência

	NOME	E-MAIL	TELEFONES
1	Conceição Aparecida da Costa Mello	cacosta@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2641 5035/(11) 9941 8337
2	Cláudia Moreno da Silveira	Claudinha_moreno04@yahoo.com.br	(11) 2280 2583/(11) 9605 9687
3	Silvana Pires de Lima	splima@prefeitura.sp.gov.br	(11) 6709 8870
4	Neide de C. Mendes	ncmendes@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2731 2839
5	Ana Cléia M. Araujo	anapucsp@yahoo.com.br	(11) 3987 2736/(11) 8575 1976
6	Viviane Ramos Marinho	vivianedagusttavo@yahoo.com.br	(11) 3485 4591/(11) 9257 5506
7	Kelly Rodrigues Melatti	kmelatti@uol.com.br	(11) 4971 0534/(11) 9312 3602
8	Marilene Caetano Raimundo	mraimundo@prefeitura.sp.gov.br	
9	Roseli Innocencio	roseliinocencio@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2295 7967/(11) 9995 0922
10	Maria Aparecida Ribeiro Pavão	mapavao@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2941 2682/(11) 9112 0429
11	Roseli Dutra da Cunha Ferreira	rdferreira@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2051 4002/(11) 9998 8834
12	Monalisa Garcia Pera	mpera@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2653 5171
13	Sonia Regina S. G. Couceiro	scouceiro@prefeitura.sp.gov.br	(11) 4136 3675/(11) 7244 9752
14	Luciana Biazzzi de Oliveira	lu-biazzzi@hotmail.com	(11) 2071 5376/(11) 8295 7153
15	René Ribeiro Silva	reneri@ig.com.br	(11) 2522 3422/(11) 9288 4810
16	Claudia Cristina de Castro	claudiacastro939@hotmail.com	(11) 2944 5801/(11) 7141 4596
17	Silvia Aparecida Feijo Suterio	ssuterio@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2783 6070/(11) 9163 3202
18	Kátia Coelho Machado	kmachado@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2013 3379/(11) 7094 9253